



“Cientistas sociais e o coronavírus” Foco no gênero, nas sexualidades e na raça

Edward González Cabrera¹

Felipe Bruno Martins Fernandes²

RESENHA

GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo/Florianópolis: ANPOCS/Editora Tribo da Ilha, 2020, 720 p.

O livro “Cientistas Sociais e o Coronavírus” foi fruto da criação de um boletim para descrever e analisar a situação sanitária ligada à Covid-19 de forma sintética e acessível ao grande público. As articulações dos textos constituem uma “infodemia pandêmica”, ou seja, um espaço de circulação e reflexão das informações dessa crise sanitária. A maior importância destas produções textuais foi mostrar a multidimensionalidade da pandemia, um fenômeno que desborda os limites do biológico, tocando o social, o cultural e o político. Num *zeitgeist* marcado pelos ataques contra as ciências humanas, este trabalho se revela de vital pertinência, dissipando a ideia ingênua do senso comum de que o vírus afeta a todos/as igualmente. Como pode se apresentar uma análise da pandemia desde as Ciências Sociais sendo diversos os pontos de observação?

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA). Possui graduação em Psicologia pela Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia (2015); dois mestrados em Ciências Humanas e Sociais pela Université de Poitiers com menção em Psicologia (2015) e em Sociologia (2019); e mestrado interuniversitário - Université Rennes 2 e Université d’Angers - em Estudos de gênero (2021). Dissertação premiada com o Prix du Master 2020 du Groupement d’Intérêt Scientifique (GIS) Institut du Genre (França). Se interessa na diversidade nas organizações e nos estudos de gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem do corpo e comportamentos de cuidado; estereótipos de gênero e disposições corporais sexuadas.

²Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFBA) e coordenador do Gira: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Esta resenha é realizada no marco da disciplina “Antropologia de Gênero e Sexualidades”, ministrada no semestre de 2021.

Se os cento e quarenta e nove textos apresentados parecem ter uma taxonomia limitada (e.g., metodológicos, especializados, diagnósticos, prognósticos, relatos de vida), os tópicos explorados são extensos, divididos em um total de vinte e nove seções temáticas (e.g., conjunturas políticas; riscos, incertezas e medos; meio ambiente; educação e ensino a distância, etc.) e os textos que compõem cada uma seguem a ordem cronológica de publicação no boletim. Setecentas e vinte duas páginas compõem a obra, na qual identifica-se uma seção (5,12% vs. 94,88% do livro) abordando explicitamente a área do gênero, adotando esta categoria notadamente como uma perspectiva analítica. Trata-se da seção “Gênero: violências, raça e trabalho”, composta por oito textos, em que se identificam duas temáticas em convergência: as violências e as vulnerabilidades ligadas ao mundo do trabalho, além das aproximações que permitem visualizar estes fenômenos desde diferentes ângulos.

Primeiro, a violência é tratada por Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa (2020) no início de abril de 2020, menos de um mês após a deflagração das políticas de isolamento social no Brasil. A autora mobiliza estatísticas nacionais sobre os feminicídios, apontando as características sociais que maximizam a vulnerabilidade do grupo: baixa renda e ser uma mulher negra. Com a ajuda de um levantamento sobre as iniciativas do governo federal para combater as violências domésticas, identifica-se uma débil iniciativa política. Já Mariane Pisani (2020) reafirma a situação de vulnerabilidade para as mulheres a conviver com seus agressores, ela acrescenta que desafortunadamente as esferas de representação frente aos planos de saúde são monopolizadas pelos homens. O foco posto pelos professores Camilo Braz e Luiz Mello (2020) sobre as masculinidades, visibiliza como os homens das elites políticas brasileiras, querendo manter seus privilégios, permitem e/ou justificam as violências contra populações em situação de vulnerabilidade. Esta perspectiva é reforçada por Maynara Oliveira Silva (2020), que realiza uma analogia entre o caráter letal do vírus da Covid-19 e do vírus do machismo, tendo ambos efeitos igualmente nefastos. A situação não é anedótica, o que fica evidenciado no texto de Rossana Albuquerque e João Aguiar (2020), em que apresentam uma interessante análise das violências do Piagui (SP) com a ajuda de estatísticas produzidas por um dispositivo de gênero da polícia para atenção às vítimas.

Comparando dados de 2019 e 2020, a autora e o autor mostram um aumento de 70,3% de denúncias de violência através do aplicativo “Salve Maria”. Contudo, os casos de feminicídio baixaram, o que se pode explicar pelo fato de que a maioria dos agressores não moravam com as vítimas. Cientes dos limites, propõem-se a estender as análises a outros marcadores sociais da diferença (e.g., orientação sexual, raça, classe e geração).

Em segundo lugar, a dimensão do trabalho e do emprego é ampla e reflete as desigualdades vivenciadas pelas mulheres na esfera privada e pública. A obra faz referência explícita ao trabalho doméstico e a sobre-representação das mulheres em profissões do *care* (cuidado). Por exemplo, Marlise Matos (2020) aponta que 90% dos profissionais de enfermagem são mulheres, sendo que estas geralmente moram longe dos locais de trabalho, o que redobra a exposição ao vírus. Outros textos também precisam dessas desigualdades no mundo do trabalho, implicando a esfera doméstica (PISANI, 2020). Se declarações foram feitas nas mídias falando da importância das trabalhadoras domésticas para o exercício dos profissionais de saúde (e.g., um/a médico/a), explicitando-se a interdependência entre indivíduos, não houve uma melhoria de suas condições de trabalho (e.g., horários, salário, férias) (REDONDO, 2020). Uma outra contribuição que agrega dimensão de raça às análises foi de Viviane Gonçalves Freitas (2020), ao ressaltar que 60% das trabalhadoras domésticas são negras, moradoras de periferias e com menores recursos para confrontar as consequências de uma contaminação pela Covid-19 em comparação aos/às seus/suas patrões/as.

De outro lado, com o propósito de aprofundar o caráter explícito dos tópicos, se identificam temáticas associadas que tratam as dimensões de gênero. Por exemplo são abordados aspectos das corporalidades e das famílias (e.g., FIETZ; GUEDES; FONSECA, 2020; DE MATOS, 2020) e a saúde sexual e reprodutiva para as mulheres (cf. SANTANA, 2020; CARNEIRO, 2020; TEMPESTA, 2020; FREITAS, 2020). Nesses textos, destacam-se problemáticas relacionadas com a gravidez, o parto, as condições de atenção médica e as políticas de saúde em tempos de pandemia.

No entanto, só podemos lamentar a cor pálida do arco-íris pintada no livro. De fato, o sumário não explicita em nenhuma seção ou texto a sigla LGBTQI+, nem as suas equivalências (e.g., lésbicas, gays, bissexuais, trans(vestis/sexuais), *queer*,

intersexos...). Para ultrapassar a primeira impressão, uma pesquisa com as ferramentas do programa informático, revelam um uso marginal dos termos “LGBT” (BRAZ; MELLO, 2020; PEREIRA, 2020; TEMPESTA, 2020), “homossexuais” (ALBRECHT, 2020; BRAZ; LEITE, 2020; MELLO, 2020; PAIT, 2020), gay e travesti (FILHO, 2020; MENEZES, SANTOS, 2020), ou mesmo a ausência de outros (e.g., lésbica, transidentidade, transexual). Se os contextos tratados por esses textos são variados (e.g., migração, educação, religião, velhice, entre outros), desafortunadamente os termos da diversidade são mobilizados superficialmente para advertir seja um estado de “vulnerabilidade” ou de pertencimento a um “grupo de risco”. Entre os cento e quarenta e nove textos, nenhum aborda frontalmente uma temática sobre pessoas não-heterossexuais e não-cisgêneras. A situação deve chamar nossa atenção para permitirmos considerar novas perguntas, explorando a saúde, sociabilidade, redes de suporte entre outros aspetos das pessoas LGBTQI+ durante a pandemia de Covid-19.

Por fim, podemos inferir que a Covid-19 se perpetua na sociedade quando não se consegue banir completamente ao vírus promovendo “*uma nova forma de viver com os vírus*’ [...]” (AURAY; KECK, 2015, p. 17, tradução livre). Apesar do fato de que todos/as podem se infectar, a probabilidade é contrastante e as variações de vulnerabilidades segundo as desigualdades sociais são alarmantes. Todavia, o livro comporta alguns pontos difusos. Consideramos, então, importante reforçar a perspectiva interseccional, aprofundando as análises de raça, sexualidade, geração, nacionalidade entre outros marcadores sociais da diferença. Além do mais, consideradas as variações regionais que afetam em implicações das relações sociais sendo que seria importante diversificar as reflexões e as pesquisas segundo as geografias do país, posto que a participação de autores/as é fortemente desequilibrada em termos regionais (e.g., somente 5,6% de pesquisadores da região norte do Brasil). Contudo, a obra “Cientistas Sociais e o Coronavírus” explicita a importância do olhar atento das Ciências Sociais, descrevendo e analisando o efeito caleidoscópico da pandemia na vida das pessoas. Oferece-se aos/às leitores/as variadas situações, análises reflexivas e pertinentes para compreender melhor a crise sanitária que estamos vivendo.

REFERÊNCIA

AURAY, Nicolas.; KECK, Frédéric. « Virus », **Terrain**, v. 64, parag 1-19, 2015.

Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrain.15566>. Acesso em: 03 mar. 2021